



## **SPE Concessionária Voe Xap S.A.**

### **Demonstrações financeiras**

31 de dezembro de 2022

com Relatório dos Auditores Independentes

**SPE Concessionária Voe Xap S.A.**

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022.

**Índice**

|  |    |
|--|----|
| Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras ..... | 3  |
| Balancos patrimoniais.....   | 6  |
| Demonstrações do resultado do exercício .....                                  | 7  |
| Demonstrações do resultado abrangente .....                                    | 8  |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....                          | 9  |
| Demonstrações dos fluxos de caixa .....  | 10 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras.....                           | 11 |

## **Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**

Aos Acionistas e Administradores da  
**SPE Concessionária Voe Xap S.A.**  
Chapecó - SC

### **Opinião com ressalva**

Examinamos as demonstrações financeiras da **SPE Concessionária Voe Xap S.A. (“Companhia”)** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelo efeito do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da SPE Concessionária Voe Xap S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião com ressalva**

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 13, a Companhia mantém em seu passivo circulante e não circulante recursos financeiros obtidos por meio da Cessão de Recebíveis Imobiliários (CRI) com propósito específico de custear as obras de melhoria do Aeroporto Municipal Serafim Enoss Bertaso conforme termos do Contrato de Concessão nº 389/2020 celebrado com a Prefeitura Municipal de Chapecó no Estado de Santa Catarina na ordem de R\$ 37.987, em 31 de dezembro de 2022. O contrato de CRI prevê cláusulas restritivas (“*covenants*”) que não foram integralmente atendidas e Administração encontra-se em negociação dos referidos *covenants* com a Securitizadora credora. Assim, entendemos que o vencimento antecipado da dívida pode ser imediatamente exigido e o valor de R\$ 35.120, classificado como passivo não circulante, deveria ser reclassificado para o passivo circulante.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas estão descritas na seção a seguir intitulada: “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

## **Outros assuntos**

As demonstrações financeiras da SPE Concessionária Voe Xap S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 12 de abril de 2022 com opinião sem modificação.

## **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando divulgando quando aplicável os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras--Continuação**

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso pela Administração da base contábil de continuidade operacional e com base nas evidências de auditoria obtidas se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório, todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito entre outros aspectos do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria inclusive as eventuais deficiências importantes nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2023.

### **Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S.**

CRC 2SP-031.269/O-1



**Henrique Silva Premoli**  
Contador CRC 1SP-250.993/O-6



**Vanderlei Marcello Fernandes Junior**  
Contador CRC 1SP-297.750/O-4

## SPE Concessionária Voe Xap S.A.

### Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

| Ativo                         | Nota | 2022          | 2021          | Passivo                                      | Nota | 2022          | 2021          |
|-------------------------------|------|---------------|---------------|--|------|---------------|---------------|
| <b>Circulante</b>             |      |               |               | <b>Circulante</b>                            |      |               |               |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4    | 1.192         | 4.359         | Empréstimos e financiamentos                 | 12   | 20            | 67            |
| Títulos e valores mobiliários | 5    | 2.820         | 19.119        | Cessão de recebíveis imobiliários            | 13   | 2.867         | 1.967         |
| Contas a receber              | 6    | 1.077         | 679           | Fornecedores                                 | -    | 3.172         | 128           |
| Tributos a recuperar          | 7    | 568           | 109           | Obrigações trabalhistas e sociais            | 14   | 720           | 480           |
| Adiantamentos                 | 8    | 326           | 2.469         | Impostos e contribuições a recolher          | 15   | 690           | 596           |
| Despesas antecipadas          | -    | 39            | 13            | Parcelamento de tributos                     | 16   | 705           | 196           |
|                               |      | <b>6.022</b>  | <b>26.748</b> | Partes relacionadas                          | 17   | 296           | 1.092         |
|                               |      |               |               | Adiantamento de clientes                     | -    | 20            | 48            |
|                               |      |               |               | Outras contas a pagar                        | -    | 9             | 7             |
|                               |      |               |               |  |      | <b>8.499</b>  | <b>4.581</b>  |
| <b>Não circulante</b>         |      |               |               | <b>Não circulante</b>                        |      |               |               |
| Outros ativos                 | 9    | 6.633         | 4.687         | Empréstimos e financiamentos                 | 12   | 178           | 213           |
| Imobilizado líquido           | 10   | 250           | 293           | Cessão de recebíveis imobiliários            | 13   | 35.120        | 34.037        |
| Intangível líquido            | 11   | 49.766        | 16.696        | Parcelamento de tributos                     | 16   | 1.780         | 815           |
|                               |      | <b>56.649</b> | <b>21.676</b> | Tributos diferidos                           | 24.2 | 2.688         | 523           |
|                               |      |               |               | Partes relacionadas                          | 17   | 11.886        | 5.825         |
|                               |      |               |               | Provisão para deamandas judiciais            | 18   | 90            | -             |
|                               |      |               |               | Dividendos a pagar                           | 19.3 | 340           | 340           |
|                               |      |               |               |  |      | <b>52.082</b> | <b>41.753</b> |
|                               |      |               |               | <b>Patrimônio líquido</b>                    |      |               |               |
|                               |      |               |               | Capital social                               | 19.1 | 1.000         | 1.000         |
|                               |      |               |               | Reserva legal                                | 19.2 | 72            | 72            |
|                               |      |               |               | Reserva de lucros                            | -    | 1.018         | 1.018         |
|                               |      |               |               |  |      | <b>2.090</b>  | <b>2.090</b>  |
| <b>Total do ativo</b>         |      | <b>62.671</b> | <b>48.424</b> | <b>Total do passivo e patrimônio líquido</b> |      | <b>62.671</b> | <b>48.424</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**SPE Concessionária Voe Xap S.A.**  
**Demonstrações do resultado**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

(Em milhares de Reais - R\$)

|  | <u>Nota</u> | <u>2022</u>    | <u>2021</u>  |
|--|-------------|----------------|--------------|
| Receita operacional líquida                                      | 20          | 38.181         | 9.598        |
| Custo dos serviços prestados                                     | 21          | (33.375)       | (6.971)      |
| <b>Resultado bruto</b>   |             | <b>4.806</b>   | <b>2.627</b> |
| Despesas administrativas e gerais                                | 22          | (779)          | (600)        |
| Outras receitas e despesas                                       | -           | 11             | -            |
| <b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>       |             | <b>4.038</b>   | <b>2.027</b> |
| Despesas financeiras   | 23          | (3.161)        | (574)        |
| Receitas financeiras   | 23          | 1.288          | 804          |
| <b>Resultado financeiro líquido</b>                              |             | <b>(1.873)</b> | <b>230</b>   |
| <b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b> |             | <b>2.165</b>   | <b>2.257</b> |
| Imposto de renda e contribuição social - corrente                | 24.1        | -              | (174)        |
| Imposto de renda e contribuição social - diferido                | 24.2        | (2.165)        | (523)        |
| <b>Lucro líquido do exercício</b>                                |             | <b>-</b>       | <b>1.560</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## SPE Concessionária Voe Xap S.A.

### Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

|                                   | <u>2022</u> | <u>2021</u>  |
|-----------------------------------|-------------|--------------|
| <b>Lucro líquido do exercício</b> | -           | 1.560        |
| Outros resultados abrangentes     |             | -            |
| <b>Resultado abrangente total</b> | <u>-</u>    | <u>1.560</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## SPE Concessionária Voe Xap S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

|  | Nota | Reservas       |               |                   | Lucros (prejuízos)<br>acumulados | Total        |
|--|------|----------------|---------------|-------------------|----------------------------------|--------------|
|  |      | Capital social | Reserva legal | Reserva de lucros |                                  |              |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b> |      | <b>1.000</b>   | -             | -                 | <b>(130)</b>                     | <b>870</b>   |
| Lucro líquido do exercício             | -    | -              | -             | -                 | 1.560                            | 1.560        |
| Destinação para reserva legal          | 19.2 | -              | 72            | -                 | (72)                             | -            |
| Dividendos mínimos obrigatórios        | 19.3 | -              | -             | -                 | (340)                            | (340)        |
| Destinação para reserva de lucros      | -    | -              | -             | 1.018             | (1.018)                          | -            |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b> |      | <b>1.000</b>   | <b>72</b>     | <b>1.018</b>      | <b>-</b>                         | <b>2.090</b> |
| Lucro líquido do exercício             | -    | -              | -             | -                 | -                                | -            |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b> |      | <b>1.000</b>   | <b>72</b>     | <b>1.018</b>      | <b>-</b>                         | <b>2.090</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# SPE Concessionária Voe Xap S.A.

## Demonstrações do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

|   | Nota | 2022            | 2021            |
|---|------|-----------------|-----------------|
| <b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>                |      |                 |                 |
| <b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>  |      | <b>2.165</b>    | <b>2.257</b>    |
| Amortização e depreciação   |      | 547             | 483             |
| Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa          | 6    | 10              | -               |
| Provisão para demandas judiciais                                  | 18   | 90              | -               |
|   |      | <b>2.812</b>    | <b>2.740</b>    |
| <b>Variações nos ativos e passivos</b>                            |      |                 |                 |
| <b>(Aumento) / diminuição dos ativos</b>                          |      |                 |                 |
| Contas a receber  |      | (408)           | (679)           |
| Tributos a recuperar  |      | (459)           | (105)           |
| Adiantamentos   |      | 2.143           | (2.469)         |
| Despesas antecipadas  |      | (26)            | 28              |
| Outros ativos   |      | (1.946)         | (4.687)         |
| <b>Aumento / (diminuição) dos passivos</b>                        |      |                 |                 |
| Fornecedores  |      | 3.044           | 57              |
| Obrigações trabalhistas e sociais                                 |      | 240             | 463             |
| Impostos e contribuições a recolher                               |      | 94              | 596             |
| Parcelamento de tributos  |      | 1.474           | 1.011           |
| Adiantamento de clientes  |      | (28)            | 48              |
| Outras contas a pagar   |      | 2               | 7               |
| Imposto de renda e contribuição social, pagos                     |      | -               | (174)           |
| <b>Caixa consumido nas atividades operacionais</b>                |      | <b>6.942</b>    | <b>(3.164)</b>  |
| <b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>             |      |                 |                 |
| Títulos e valores mobiliários                                     | 5    | 16.299          | (19.119)        |
| Aquisição de imobilizado  | 10   | (18)            | (298)           |
| Aquisição de intangível   | 11   | (33.556)        | (3.120)         |
| <b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento</b>     |      | <b>(17.275)</b> | <b>(22.537)</b> |
| <b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>            |      |                 |                 |
| Empréstimos e financiamentos                                      | -    | (82)            | 280             |
| Cessão de recebíveis imobiliários                                 | -    | 1.983           | 36.004          |
| Partes relacionadas   | -    | 5.265           | (6.819)         |
| <b>Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento</b> |      | <b>7.166</b>    | <b>29.465</b>   |
| <b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>                   |      | <b>(3.167)</b>  | <b>3.764</b>    |
| Caixa e equivalente de caixa no início do exercício               | 4    | 4.359           | 595             |
| Caixa e equivalente de caixa no final do exercício                | 4    | 1.192           | 4.359           |
| <b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>                   |      | <b>(3.167)</b>  | <b>3.764</b>    |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## **1. Informações gerais**

A **SPE Concessionária Voe Xap S.A. (“Companhia”)** é uma Sociedade Anônima de capital fechado com sede no Aeroporto Municipal Serafim Enoss Bertaso, localizado no Acesso Florenal Ribeiro nº 4535 D, no Bairro de Quedas do Palmital no Município de Chapecó no Estado de Santa Catarina. A Companhia foi fundada em 03 de novembro de 2020.

A Companhia tem por objetivo a gestão, expansão, manutenção e exploração do Aeroporto de Chapecó denominado Aeroporto Municipal Serafim Enoss Bertaso e suas áreas e serviços nos termos do Contrato de Concessão nº 389/2020 celebrado com a Prefeitura Municipal de Chapecó no Estado de Santa Catarina, de forma a manter o bom estado de funcionamento, conservação e segurança e às suas expensas, os bens que integram a concessão durante a vigência do contrato de concessão efetuando para tanto as reparações, renovações e adaptações necessárias ao bom desempenho dos serviços prestados.

A concessão consiste na prestação de serviços adequados com boas condições de qualidade, regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e modicidade das tarifas nos termos da legislação.

O prazo da concessão é de 30 anos com início em 13 de dezembro de 2020.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos acionistas e diretores em 31 de março de 2023.

## **2. Base de preparação**

### **2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$) mesma moeda da preparação das demonstrações financeiras que estão sendo apresentadas em milhares de Reais (R\$) exceto quando expressamente mencionado em contrário.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

### **3. Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

#### **3.1. Caixa e equivalente de caixa**

Caixa e equivalente de caixa incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “avaliadas ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)”.

Títulos e valores mobiliários substancialmente incluem Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e fundos de investimentos em renda fixa, os quais são classificados a Valor Justo por meio de Resultado (VJR).

#### **3.2. Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes.

Subsequentemente, estes efeitos são realocados nas linhas de receita com venda de imóveis, despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

#### **3.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

- **Julgamentos**

A elaboração das demonstrações financeiras requer a adoção por parte da Administração de estimativas e julgamentos que afetam os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis e receitas e despesas nos períodos demonstrados.

### **3. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **3.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação**

- **Estimativas e premissas**

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas como a mensuração de provisões para perdas com recebíveis, estimativas de valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para demandas judiciais, estimativas da vida útil de determinados ativos não financeiros e outras similares.

Os resultados efetivos poderão ser significativamente diferentes destas estimativas e premissas em função do tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

As principais premissas relativas as fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir:

##### **(i) Valor justo de instrumentos financeiros**

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentado no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos é determinado utilizando técnicas de avaliação incluindo o método de Fluxo de Caixa Descontado (FCD).

Os dados para estes métodos se baseiam naqueles praticados no mercado quando possível, contudo, quando isso não for viável um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo.

O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre estes fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

##### **(ii) Demandas judiciais e riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia está sujeita no curso normal dos nossos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor entre outras.

As provisões constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes de processos em curso são revisadas e ajustadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

### **3. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **3.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação**

- **Estimativas e premissas--Continuação**

- (iii) Amortização do ativo intangível**

O período e o método de amortização para o ativo intangível com vida útil definida são revisados ao final de cada exercício social quando houver indicativo de “*impairment*”, mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização conforme o caso sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

#### **3.4. Instrumentos financeiros**

São reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias:

- (i) Ativos financeiros**

Os ativos financeiros são classificados como mensurado: a Custo Amortizado (CA); Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes (VJORA), instrumento de dívida; (VJORA) instrumento patrimonial ou Valor Justo através do Resultado (VJR).

Os ativos financeiros são classificados como:

- (i)** Custo amortizado (CA);
- (ii)** Valor Justo por meio do Resultado (VJR);
- (iii)** Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA).

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos no caso de investimentos não designados a Valor Justo por meio do Resultado (VJR) dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

- (ii) Passivos financeiros**

São classificados como passivos financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) empréstimos e financiamentos ou com derivativos classificados como instrumento de hedge conforme o caso.

A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e no caso de empréstimos e financiamentos são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

### **3. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **3.5. Ativos intangíveis**

- **Contrato de concessão de serviços – direito de exploração de infraestrutura – ICPC 01 (R1)**

A infraestrutura dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos.

É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação o concessionário atua como prestador de serviço construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível.

O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou prazo da concessão dos dois o menor.

### **3. Principais políticas contábeis—Continuação**

#### **3.5. Ativos intangíveis--Continuação**

- **Amortização**

A vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviço é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar o público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

A amortização do ativo intangível é reconhecida no resultado do exercício baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor.

A vida útil estimada para os períodos correntes é estabelecida conforme prazo do contrato de concessão.

#### **3.6. Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor entrará em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento;
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

### **3. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **3.7. Ativos e passivos contingentes**

##### **(i) Ativos contingentes**

São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado.

Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

##### **(ii) Passivos contingentes**

São provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando as perdas forem avaliadas como possíveis os montantes envolvidos são divulgados nas notas explicativas.

#### **3.8. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses caso contrário são demonstrados como não circulantes.

#### **3.9. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

### **3. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **3.10. Fornecedores**

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano caso contrário as contas são apresentadas no passivo não circulante.

#### **3.11. Receita operacional**

As receitas líquidas são reconhecidas quando da prestação dos serviços em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

A seguir estão apresentados os principais tipos de receita obtidos pela Companhia.

A Companhia atua na prestação de serviços de utilização das áreas e serviços relacionados com as operações de pouso, rolagem e estacionamento da aeronave.

##### **(i) Tarifas de embarque**

A Companhia atua na qualidade de agente intermediador na operação do terminal aeroportuário executando a cobrança das tarifas de embarque e navegação devidas pela utilização das instalações e serviços de despacho e embarque da estação de passageiros.

##### **(ii) Tarifas de pouso e permanência**

A Companhia atua na prestação de serviços de utilização das áreas e serviços relacionados com as operações de pouso, rolagem e estacionamento da aeronave.

##### **(iii) Tarifas de armazenagem e capatazia**

A Companhia atua na prestação de serviço de armazenagem, guarda e controle de cargas que operam no aeroporto prestando ainda a atividade de movimentação de cargas, mercadorias e transporte interno para a conferência aduaneira.

##### **(iv) Locações de áreas**

São decorrentes de contratos de locação com as empresas de transporte, lojas e restaurantes localizados nos terminais e reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

### 3. Principais políticas contábeis--Continuação

#### 3.12. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem substancialmente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros recebidos em decorrência dos pagamentos em atraso de clientes.

A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, descontos concedidos a clientes e despesas bancárias.

#### 3.16. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022 ou após

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos a serem aplicados pela primeira vez em 2022 e não identificou impactos em suas demonstrações financeiras e, decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda que não estejam vigentes.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

|                          | <u>2022</u>  | <u>2021</u>  |
|--------------------------|--------------|--------------|
| Caixa                    | 1            | 1            |
| Bancos - conta movimento | 1.190        | 1.374        |
| Aplicações financeiras   | 1            | 2.984        |
|                          | <u>1.192</u> | <u>4.359</u> |

As aplicações financeiras são resgatáveis em um prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

### 5. Títulos e valores mobiliários

|   | <u>2022</u>  | <u>2021</u>   |
|---|--------------|---------------|
| Fundo de investimentos em renda fixa – Trust DI | -            | 16.374        |
| Fundo de investimento em renda fixa – Artemis   | 2.820        | 2.745         |
|   | <u>2.820</u> | <u>19.119</u> |

As aplicações em fundo de investimento em renda fixa são remuneradas às taxas próximas a variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) e estão vinculadas ao contrato de Cessão de Recebíveis Imobiliários (CRI) sendo que, em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 16.374 era destinado à reserva de obras e R\$ 2.745 era destinado à reserva de liquidez, a fim de garantir o pagamento das parcelas. Em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$ 2.820 é destinado a reserva de liquidez.

**SPE Concessionária Voe Xap S.A.**  
 Notas explicativas às demonstrações financeiras  
 Em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
 (Em milhares de Reais – R\$)

**6. Contas a receber**

|  | <b>2022</b>  | <b>2021</b> |
|--|--------------|-------------|
| Clientes – prestação de serviços                             | 977          | 528         |
| Locações de áreas a receber                                  | 110          | 151         |
|  | <b>1.087</b> | <b>679</b>  |
| (-) Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa | (10)         | -           |
|  | <b>1.077</b> | <b>679</b>  |

Segue movimentação de contas a receber segregado por seus vencimentos:

|                     | <b>2022</b>  | <b>2021</b> |
|---------------------|--------------|-------------|
| A vencer            | 903          | 592         |
| <b>Vencidos</b>     |              |             |
| De 0 a 30 dias      | 85           | 25          |
| De 31 a 60 dias     | 44           | 8           |
| De 61 a 90 dias     | 45           | 9           |
| De 91 a 180 dias    | 5            | 30          |
| Há mais de 180 dias | 5            | 15          |
|                     | <b>1.087</b> | <b>679</b>  |

**7. Tributos a recuperar**

|                                | <b>2022</b> | <b>2021</b> |
|--------------------------------|-------------|-------------|
| IRPJ a compensar               | 247         | 75          |
| CSLL a compensar               | 120         | 28          |
| IRRF s/ aplicações financeiras | 201         | -           |
| Outros tributos a compensar    | -           | 6           |
|                                | <b>568</b>  | <b>109</b>  |

**8. Adiantamentos**

|  | <b>2022</b> | <b>2021</b>  |
|--|-------------|--------------|
| Adiantamentos a fornecedores nacionais (a) | 313         | 2.436        |
| Adiantamentos de convênios                 | -           | 15           |
| Adiantamentos despesas de viagens          | 6           | 12           |
| Adiantamentos de férias                    | 7           | 5            |
| Adiantamentos e antecipações salariais     | -           | 1            |
|  | <b>326</b>  | <b>2.469</b> |

(a) Em 2021, referia-se ao pagamento de sinal ao fornecedor RS & JPLChapecó Construções SPE Ltda. para o serviço de reforma e ampliação do terminal de passageiros do aeroporto.

**9. Outros ativos**

|  | <b>2022</b> | <b>2021</b> |
|--|-------------|-------------|
| Gastos com operação de CRI a apropriar | 6.633       | 4.687       |

Referem-se a valores decorrentes das operações com a REIT Securitizadora de Recebíveis Imobiliários S.A. através da celebração de contrato de cessão de créditos e são apropriados ao resultado de acordo com o prazo do contrato.

**SPE Concessionária Voe Xap S.A.**  
 Notas explicativas às demonstrações financeiras  
 Em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
 (Em milhares de Reais – R\$)

## 10. Imobilizado líquido

|                                    | Taxa de depreciação | 2022       |                       | 2021          |               |
|------------------------------------|---------------------|------------|-----------------------|---------------|---------------|
|                                    |                     | Custo      | Depreciação acumulada | Valor líquido | Valor líquido |
| Máquinas, aparelhos e equipamentos | 10% a 20%           | 36         | (5)                   | 31            | 18            |
| Veículos                           | 20%                 | 280        | (61)                  | 219           | 275           |
|                                    |                     | <b>316</b> | <b>(66)</b>           | <b>250</b>    | <b>293</b>    |

A movimentação do imobilizado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é como segue:

|                      | 2022       | 2021       |
|----------------------|------------|------------|
| <b>Saldo inicial</b> | <b>293</b> | -          |
| Adições              | 18         | 298        |
| Depreciação          | (61)       | (5)        |
| <b>Saldo final</b>   | <b>250</b> | <b>293</b> |

## 11. Intangível líquido

|  | Taxa de amortização | 2022          |                       | 2021          |               |
|--|---------------------|---------------|-----------------------|---------------|---------------|
|  |                     | Custo         | Amortização acumulada | Valor líquido | Valor líquido |
| Maq. aparelhos, equip. e instalações   | 10%                 | 16            | (3)                   | 13            | 15            |
| Equipamentos de informática            | 20%                 | 52            | (17)                  | 35            | 45            |
| Moveis, utensílios e instalações       | 10%                 | 42            | (5)                   | 37            | 40            |
| Direito de expl. Serv. publ. - outorga | 3,33 (i)            | 13.719        | (951)                 | 12.768        | 13.225        |
| Viabilidade técnica de concessão       | 3,33 (i)            | 373           | (26)                  | 347           | 360           |
| Construções em andamento (ii)          | -                   | 28.660        | -                     | 28.660        | 1.474         |
| Encargos financeiros capitalizados     | -                   | 7.906         | -                     | 7.906         | 1.537         |
|  |                     | <b>50.768</b> | <b>(1.002)</b>        | <b>49.766</b> | <b>16.696</b> |

- (i) Os gastos com a outorga e viabilidade técnica da concessão são amortizados mensalmente com base no prazo do contrato de concessão que é de 30 anos;
- (ii) O saldo refere-se aos serviços das obras de ampliação e modernização do Aeroporto de Chapecó. Das melhorias que estão sendo realizadas destacamos a expansão de toda a área comercial, a duplicação das salas de embarque e de desembarque, além do aumento do número de sanitários públicos. Estas intervenções foram iniciadas em dezembro de 2021 com previsão de finalização em junho de 2023 e valor estimado em R\$ 32.500.

A movimentação do intangível para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é como segue:

|                      | 2022          | 2021          |
|----------------------|---------------|---------------|
| <b>Saldo inicial</b> | <b>16.696</b> | <b>14.054</b> |
| Adições              | 33.556        | 3.120         |
| Amortização          | (486)         | (478)         |
| <b>Saldo final</b>   | <b>49.766</b> | <b>16.696</b> |

## 12. Empréstimos e financiamentos

|                         | <b>2022</b> | <b>2021</b> |
|-------------------------|-------------|-------------|
| Leasing de veículos (i) | 198         | 280         |
|                         | <b>198</b>  | <b>280</b>  |
| Circulante              | 20          | 67          |
| Não Circulante          | 178         | 213         |
|                         | <b>198</b>  | <b>280</b>  |

- (i) Referente financiamento de veículo, com vencimento final em 15/10/2024, restando a 22 parcelas a pagar. A taxa efetiva de juros é de 16,68% ao ano. Possui como garantia a alienação fiduciária.

## 13. Cessão de Recebíveis Imobiliários (CRI)

A Companhia captou recursos financeiros por meio da Cessão de Recebíveis Imobiliários (CRI) para aplicação dos recursos nas obras de melhoria do Aeroporto Municipal Serafim Enoss Bertaso e estão apresentados a seguir:

| <b>Emissão</b> | <b>Vencimento</b> | <b>Taxa de juros ao ano</b> | <b>2022</b>   | <b>2021</b>   |
|----------------|-------------------|-----------------------------|---------------|---------------|
| 17/03/2021     | 17/03/2036        | 9,00% + IPCA                | 37.987        | 36.004        |
|                |                   |                             | <b>37.987</b> | <b>36.004</b> |
| Circulante     | -                 | -                           | 2.867         | 1.967         |
| Não Circulante | -                 | -                           | 35.120        | 34.037        |
|                |                   |                             | <b>37.987</b> | <b>36.004</b> |

A Companhia emitiu Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) com garantia de diversos contratos de recebíveis em poder da Companhia.

Os certificados possuem vencimentos mensais a partir de 17 de abril de 2021 até 13 de março de 2036.

Os fatores de encargos e juros de utilização para acréscimos do Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) para essa emissão é o fator de juros anual de 9,00% conforme contrato e correção mensal pelo fator índice IPCA.

No contrato estão previstas diversas cláusulas de vencimento antecipado (“*covenants*”) que não são atreladas a indicadores financeiros, além de uma cláusula relacionada ao cumprimento de determinados índices e indicadores financeiros, a qual apresentamos a seguir:

- Razão entre (A) Dívida Líquida e (B) EBITDA inferior a 5 (cinco) na apuração de 2022 que tem como base o exercício de 2021 e inferior a 4 nas demais para a apuração realizada no encerramento de cada exercício social.

Os índices e limites financeiros serão acompanhados anualmente sendo a primeira apuração em 15 de maio de 2022 tendo como base o exercício do ano de 2021 pela Companhia com base na memória de cálculo a ser encaminhada pela acionista Socicam Administração Projetos e Representações Ltda. (“SAP”) e nas demonstrações financeiras anuais auditadas da SAP.

A falta de cumprimento dos itens citados poderá ocasionar o acionamento dos agentes financeiros que poderá resultar em vencimento antecipado do contrato.

### 13. Cessão de Recebíveis Imobiliários (CRI)--Continuação

Em função do descumprimento do item citado anteriormente, a Companhia comunicou esse fato a Securitizadora e está em processo de renegociação dos “covenants”.

Até o encerramento das demonstrações financeiras, apesar de não existir qualquer decisão a respeito desse assunto, a Companhia encontrava-se em negociação do item acima com a Securitizadora credora e a melhor expectativa apresentada pela Administração era que os “covenants” serão renegociados. Diante do cenário apresentado e estágio das negociações, a Administração decidiu manter inalterada a classificação do Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI).

### 14. Obrigações trabalhistas e sociais

|                                | <b>2022</b> | <b>2021</b> |
|--------------------------------|-------------|-------------|
| Salários a pagar               | 204         | 125         |
| Encargos sobre salários        | 229         | 110         |
| Férias e encargos a pagar      | 270         | 245         |
| Outras obrigações trabalhistas | 17          | -           |
|                                | <b>720</b>  | <b>480</b>  |

### 15. Impostos e contribuições a recolher

|                             | <b>2022</b> | <b>2021</b> |
|-----------------------------|-------------|-------------|
| PIS a recolher              | 57          | 37          |
| COFINS a recolher           | 266         | 175         |
| IRPJ a recolher             | 47          | 122         |
| CSLL a recolher             | 24          | 52          |
| ISS a recolher              | 108         | 193         |
| Impostos retidos a recolher | 188         | 17          |
|                             | <b>690</b>  | <b>596</b>  |

### 16. Parcelamento de tributos

|                                      | <b>2022</b>  | <b>2021</b>  |
|--------------------------------------|--------------|--------------|
| Parcelamento PIS                     | 186          | 60           |
| Parcelamento COFINS                  | 870          | 281          |
| Parcelamento especial - PIS e COFINS | 198          | 203          |
| Parcelamento INSS                    | 745          | 467          |
| Parcelamento ISS                     | 486          | -            |
|                                      | <b>2.485</b> | <b>1.011</b> |
| Circulante                           | 705          | 196          |
| Não circulante                       | 1.780        | 815          |
|                                      | <b>2.485</b> | <b>1.011</b> |

Os parcelamentos simplificados de PIS e COFINS foram aderidos em consonância com a Instrução Normativa RFB nº 1891/2019 tendo como o saldo total parcelado em 60 (sessenta) vezes e acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do deferimento até o mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado (artigo 13 da Lei nº 10.522 de 19 de julho de 2002).

## 16. Parcelamento de tributos--Continuação

O parcelamento simplificado do INSS foi aderido em consonância com a Instrução Normativa RFB nº 1891/2019, tendo como o saldo total parcelado em 60 (parcelas) vezes e acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do deferimento até o mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado (artigo 13 da Lei nº 10.522 de 19 de julho de 2002).

O Parcelamento de ISS foi aderido através do Parcelamento de débito inscrito em Dívida Ativa em consonância com a Lei Complementar nº 170/1983, formalizado através do Acordo nº 3395/2022, tendo como o saldo total parcelado em 24 (vinte e quatro) vezes e acrescidos de juros equivalentes à taxa Selic, acumulada mensalmente.

## 17. Partes relacionadas

|  | <b>2022</b>   | <b>2021</b>  |
|--|---------------|--------------|
| Socicam Administração Proj. e Representações Ltda. (a) | <b>12.182</b> | <b>6.917</b> |
| Circulante   | 296           | 1.092        |
| Não Circulante   | 11.886        | 5.825        |
| <b>Total</b>   | <b>12.182</b> | <b>6.917</b> |

(a) Operação de conta corrente com acionistas e reembolso de despesas a pagar. Nestas operações não há previsão de incidência de juros, correção monetária, tampouco serão vencíveis no curto prazo.

## 18. Provisão para demandas judiciais

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências cíveis e trabalhistas, para as quais é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

|                        | <b>2021</b> | <b>Adições</b> | <b>2022</b> |
|------------------------|-------------|----------------|-------------|
| Processos cíveis       | -           | 73             | 73          |
| Processos trabalhistas | -           | 17             | 17          |
|                        | -           | <b>90</b>      | <b>90</b>   |

### Processos possíveis

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía 2 ações com prognósticos de perdas possíveis, totalizando R\$ 229, sendo 1 ação trabalhista e 1 ação cível.

**SPE Concessionária Voe Xap S.A.**  
 Notas explicativas às demonstrações financeiras  
 Em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
 (Em milhares de Reais – R\$)

## 19. Patrimônio líquido

### 19.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.000 está representado por 1.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e está assim distribuído:

|  | %          | Ações            | R\$          |
|--|------------|------------------|--------------|
| Socicam Adm. Projetos e Representações Ltda. | 51         | 510.000          | 510          |
| Socicam Infraestrutura e Participações Ltda. | 49         | 490.000          | 490          |
|  | <b>100</b> | <b>1.000.000</b> | <b>1.000</b> |

### 19.2. Reserva legal

É constituída com base nos dispositivos legais no art. 193 da Lei nº 6.404/76 sendo destinados 5% do lucro líquido para reserva legal.

### 19.3. Dividendos mínimos obrigatórios

Deverá ser distribuído aos acionistas no mínimo 25% do lucro líquido apurado após a dedução da reserva legal.

A seguir apresenta-se o cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios:

|   | 2022 | 2021         |
|---|------|--------------|
| Lucro líquido do exercício                    | -    | 1.560        |
| (-) Absorção de prejuízos acumulados          | -    | (130)        |
| <b>(=) Base de cálculo para reserva legal</b> | -    | <b>1.430</b> |
| (-) Reserva legal – 5%                        | -    | (72)         |
| <b>(=) Base de cálculo para os dividendos</b> | -    | <b>1.358</b> |
| <b>Dividendos mínimos obrigatórios – 25%</b>  | -    | <b>340</b>   |

## 20. Receita operacional líquida

|  | 2022          | 2021         |
|--|---------------|--------------|
| Tarifas de embarque – (INFRAERO)                 | 8.135         | 6.263        |
| Tarifas de pouso e permanência - (INFRAERO)      | 2.141         | 1.730        |
| Controle de Acesso Terminal Aeroportuário        | 24            | 8            |
| Serviços de apoio à aeronave ( <i>handling</i> ) | -             | 4            |
| Locações de áreas                                | 2.410         | 1.314        |
| Receita de construção                            | 27.186        | 1.474        |
| (-) Serviços cancelados                          | (142)         | (14)         |
| (-) Tributos sobre a receita                     | (1.573)       | (1.181)      |
|  | <b>38.181</b> | <b>9.598</b> |

## 21. Custos dos serviços prestados

|   | 2022            | 2021           |
|---|-----------------|----------------|
| Custo de pessoal                        | (3.675)         | (3.216)        |
| Custos de construção                    | (27.186)        | (1.474)        |
| Prestadores de serviços                 | (1.534)         | (1.299)        |
| Depreciação e amortização               | (497)           | (438)          |
| Outros tributos, taxas e contribuições  | (112)           | (165)          |
| Serviços públicos                       | (290)           | (282)          |
| Manutenção, conservação e limpeza       | (121)           | (92)           |
| Seguros                                 | (45)            | (46)           |
| (-) QMCL – Quota Manut. Cons. e limpeza | 85              | 42             |
| Custos gerais                           | -               | (1)            |
|   | <b>(33.375)</b> | <b>(6.971)</b> |

**SPE Concessionária Voe Xap S.A.**  
 Notas explicativas às demonstrações financeiras  
 Em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
 (Em milhares de Reais – R\$)

## 22. Despesas administrativas e gerais

|   | <b>2022</b>  | <b>2021</b>  |
|---|--------------|--------------|
| Viagens e representações                      | (303)        | (340)        |
| Aluguel                                       | (251)        | (135)        |
| Veículos                                      | (67)         | (69)         |
| Escritório e informática                      | (13)         | (19)         |
| Provisão para demandas judiciais              | (90)         |              |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (10)         |              |
| Outras despesas                               | (45)         | (37)         |
|   | <b>(779)</b> | <b>(600)</b> |

## 23. Resultado financeiro líquido

|                                     | <b>2022</b>    | <b>2021</b>  |
|-------------------------------------|----------------|--------------|
| Descontos obtidos                   | -              | 3            |
| Receitas de aplicações financeiras  | 1.232          | 643          |
| Outras receitas financeiras         | 56             | 28           |
| Variações monetárias ativas         |                | 130          |
| <b>Receitas financeiras</b>         | <b>1.288</b>   | <b>804</b>   |
| Despesas bancárias                  | (212)          | (19)         |
| Descontos concedidos                | (12)           | (30)         |
| Variações monetárias passivas       | -              | (49)         |
| Juros e multas                      | (734)          | (293)        |
| Outras despesas financeiras         | (2.203)        | (183)        |
| <b>Despesas financeiras</b>         | <b>(3.161)</b> | <b>(574)</b> |
| <b>Resultado financeiro líquido</b> | <b>(1.873)</b> | <b>230</b>   |

## 24. Imposto de renda e contribuição social

### 24.1. Imposto de renda e contribuição social corrente

A seguir a conciliação do imposto de renda e da contribuição social:

|   | <b>2022</b> | <b>2021</b> |
|---|-------------|-------------|
| Resultado antes do imposto de renda e contribuição social         | 2.165       | 2.257       |
| Alíquota fiscal combinada   | 34%         | 34%         |
| Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada    | 736         | 767         |
| (+) Adições — permanentes   | 27.285      | 22          |
| (+) Adições — temporárias   | 109         | -           |
| (-) Exclusões — permanentes                                       | (27.313)    | (29)        |
| (-) Exclusões — temporárias                                       | (9)         | -           |
| (-) Exclusões — temporárias (encargos capitalizados)              | (6.369)     | (1.537)     |
| Compensação de prejuízo fiscal                                    | -           | (130)       |
| Base de cálculo Imposto de Renda e da Contribuição Social         | (4.132)     | 583         |
| Imposto de renda (15%) — Corrente                                 | -           | 87          |
| Adicional do imposto de renda (10%) - corrente                    | -           | 34          |
| Contribuição social (9%) - corrente                               | -           | 53          |
| <b>Imposto de renda e contribuição social corrente – corrente</b> | <b>-</b>    | <b>174</b>  |

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social a compensar (IRPJ e CSLL) no montante de R\$ 130 os quais foram reconhecidos no exercício de 2021 quando houve perspectiva de realização com resultados tributáveis apurados.

## 24. Imposto de renda e contribuição social

### 24.2. Imposto de renda e contribuição social diferido

Em 2022 e 2021, os débitos de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos foram apurados com base nas diferenças tributáveis no futuro. As origens estão apresentadas a seguir:

| <b>Débitos fiscais</b>                                    | <b>2022</b>  | <b>2021</b> |
|---|--------------|-------------|
| Encargos financeiros capitalizados e excluídos            | 6.369        | 1.537       |
| Imposto de renda e contribuição social (15%) – diferido   | 955          | 231         |
| Adicional do imposto de renda (10%) - diferido            | 637          | 154         |
| Contribuição social (9%) – diferido                       | 573          | 138         |
| <b>Imposto de renda e contribuição social – diferidos</b> | <b>2.165</b> | <b>523</b>  |

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 está demonstrada a seguir:

|   | <b>2022</b>    | <b>2021</b>  |
|---|----------------|--------------|
| <b>Saldo inicial</b>                      | <b>(523)</b>   | -            |
| IR/CS diferidos reconhecidos no resultado | (2.165)        | (523)        |
| <b>Saldo final</b>                        | <b>(2.688)</b> | <b>(523)</b> |

## 25. Instrumentos financeiros

A Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros descritos a seguir:

### 25.1. Gerenciamento de risco

A Companhia possui operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros.

A Administração destes riscos é efetuada por meio da definição de estratégias, estabelecimento de sistema de controles e determinação de limite de operação.

### 25.2. Risco de crédito e de realização

Estes riscos são administrados por normas específicas de análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente.

Adicionalmente, há análises específicas e normas para aplicações em instituições financeiras e os tipos de investimentos ofertados no mercado financeiro.

### 25.3. Valor de mercado dos instrumentos financeiros

As contas de caixa e equivalentes de caixa (caixa, bancos e aplicações financeiras), saldo a receber de clientes, empréstimos e financiamentos e cessão de recebíveis são considerados instrumentos financeiros cujos valores de mercado são coincidentes com os saldos contábeis e serão mantidos até o vencimento conforme intenção da Administração.

Em 31 de dezembro de 2022 não existiam instrumentos derivativos a serem reconhecidos a valor justo nas demonstrações contábeis.

## **26. Cobertura de seguros**

A Administração da Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos.

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros considerando a natureza de sua atividade, assim como mantêm cobertura de responsabilidade civil e dano moral a terceiros.

As premissas de risco adotadas e suas respectivas coberturas dada a sua natureza não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia mantém cobertura de seguros compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas que são julgadas suficientes pela Administração para proteger os ativos e negócios de eventuais sinistros cuja à cobertura de seguro e limite máximo de indenização está representado da seguinte forma:

- (i) Seguro garantia R\$ 3.089;
- (ii) Seguro de responsabilidade civil R\$ 5.000;
- (iii) Seguro materiais, patrimoniais e prediais R\$ 45.962.

## **27. Eventos subsequentes**

Até a data de publicação destas demonstrações contábeis não ocorreram eventos subsequentes significativos na Companhia que merecessem divulgações nos termos do normativo contábil CPC 24 – Eventos Subsequentes.

### **Membros da Diretoria**

Marcelo Sturlini Bisordi  
Diretor Presidente

Cláudio José Gomes  
Diretor Administrativo Financeiro

Eduardo Buzam Júnior  
Contador

\*\*\*